

Análise setorial

Agropecuária

A crise atual da agricultura brasileira e da gaúcha*

Vivian Fürstenau**

Economista da FEE

Introdução

Este texto faz uma análise da evolução recente da agricultura brasileira e da gaúcha, baseada na produção de grãos e no comportamento dos preços desses produtos. O trabalho busca dimensionar, com base no cálculo de algumas relações, as perdas relativas dos produtores agrícolas nos últimos anos. Com esse objetivo, será considerado o desempenho das culturas de arroz, feijão, milho, soja e trigo *versus* a receita anual obtida pelos produtores desses grãos entre os anos de 2000 e 2006. Será analisada também a evolução da relação entre os preços pagos e os recebidos pelos produtores gaúchos no período mais recente. Por fim, têm-se as medidas governamentais implementadas com o objetivo de amenizar a crise atual e as principais diretrizes do Plano-safra 2006/07.

A produção

A história recente da agricultura brasileira tem sido marcada por um alto grau de instabilidade no volume produzido. Se as análises sobre a tendência de crescimento da produção de grãos do Brasil tomassem por base as primeiras safras dos anos 2000, a conclusão seria de que essa produção poderia dobrar em 10 anos. A evolução da pesquisa de variedades adaptadas às regiões de fronteira agrícola e a incorporação de novas terras nas Regiões Centro-Oeste e Norte indicavam essa possibilidade. Entre 2000 e 2003, o crescimento da pro-

dução de arroz, feijão, milho, soja e trigo, no Brasil, foi da ordem de 48%. A produção desses grãos passou de 81 milhões de toneladas em 2000 para quase 96 milhões de toneladas em 2001, manteve-se semelhante em 2002 e saltou para 120 milhões em 2003. Esse desempenho, aliado à tendência de obtenção de ganhos de produtividade verificada desde a década de 90, levou, na época, à conclusão quase unânime de que o País poderia alcançar uma produção de 200 milhões de toneladas em poucos anos.

No entanto, depois de ter atingido o patamar de 120 milhões de toneladas de grãos — a maior produção de arroz, feijão, milho, soja e trigo já obtida no País —, passou a ocorrer uma retração da produção agrícola, que foi recorrentemente prejudicada pelo clima. Em 2004, principalmente em função de seca em algumas regiões e excesso de chuvas em outras, o total colhido no País sofreu uma redução de 5,5% — com uma produção de 113,4 milhões de toneladas de grãos. As maiores perdas, no entanto, aconteceram em 2005, quando a quebra na produção atingiu mais de 10%, também, na sua maior parte, em função de problemas climáticos. Nesse ano, o volume colhido foi de 107 milhões de toneladas. Para a safra 2006, as expectativas são de recuperação, mas, mesmo assim, o total previsto é de 116,7 milhões de toneladas, abaixo do produzido em 2003 (Tabela 1).

A produção agrícola no Rio Grande do Sul acompanhou o movimento de crescimento observado no Brasil, nos primeiros anos da década atual. No início dos anos 2000, foram colhidas, no Estado, perto de 15 milhões de toneladas de arroz, feijão, milho, soja e trigo. Em 2001, a produção deu um salto para 19,6 milhões de toneladas, recuando para pouco mais de 16 milhões de toneladas em 2002. Em 2003, da mesma forma que no País, o Rio Grande do Sul obteve a sua maior safra até o momento — 22 milhões de toneladas. A partir dessa safra, a produção agrícola gaúcha acompanha o com-

*Artigo recebido em 10 jul. 2006.

**A autora agradece à Júlia Galarza d'Ávila e à Maria Domingues Benetti a leitura do texto e as sugestões.

portamento da agricultura nacional, mas as oscilações tendem a ser mais significativas. Em 2004, a produção foi reduzida para 17,5 milhões de toneladas em decorrência de uma forte seca no Estado. E, da mesma forma que o ocorrido no País, as maiores perdas aconteceram em 2005. A diferença no que se refere ao Brasil é que, nesse ano, a safra agrícola gaúcha apresentou uma redução de quase 50% em relação à colhida em 2003. A ocorrência de chuvas no momento do plantio e de uma seca, ainda mais severa do que a verificada no ano anterior, nas fases de desenvolvimento das culturas de verão fez com que o volume produzido atingisse apenas 11,5 milhões de toneladas, a maior quebra desde 1991 (Tabela 2). Deve ser ressaltado que os avanços tecnológicos, especialmente os decorrentes da pesquisa de novas variedades de sementes, não têm conseguido compensar ou fazer frente aos estragos causados pelas variações climáticas.

Para 2006, as previsões para o Estado, da mesma forma que para o Brasil, apontam a recuperação do volume produzido: as estimativas indicam uma safra de 20,5 milhões de toneladas. Apesar de perdas na produção, em alguns municípios gaúchos, novamente decorrentes da falta de chuvas, a maior parte das lavouras apresentou um desenvolvimento satisfatório.

Então, depois de dois anos de quebra na produção decorrente de problemas climáticos, poder-se-ia supor,

a partir das previsões de crescimento da produção, que, enfim, a atividade agrícola no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul, ingressaria numa conjuntura favorável. No entanto, não é essa a situação atual: têm-se, de um lado, uma trajetória de queda dos preços agrícolas internacionais nos últimos anos e, de outro, como componente mais significativo, uma taxa cambial bastante desfavorável para o produtor brasileiro. Parcela importante da produção agrícola, como é o caso da cultura de soja, é colocada no mercado internacional ou tem seus preços internos balizados pelos praticados nesse mercado. Em um contexto de moeda brasileira valorizada, essas vendas externas tornam-se menos remuneradoras para os produtores. Não bastasse essa conjuntura desfavorável para a recuperação da renda agrícola, tem-se ainda o crescimento relativo dos preços dos insumos e das máquinas utilizadas na produção, o que tem afetado significativamente o resultado financeiro da atividade. Apenas a título de exemplo, têm-se, *grosso modo*, aumentos de 60% a 80% nos preços pagos pelos produtores gaúchos por fertilizantes e de mais de 130% nos dos tratores, entre o final do ano 2000 e o de 2005, enquanto o preço da soja cresceu, no mesmo período, 40%, e o do trigo, 49%.

Tabela 1

Produção agrícola de arroz, feijão, milho, soja e trigo no Brasil — 2000-06

(t)

PRODUTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (1)
Arroz	11 134 588	10 184 185	10 445 986	10 334 603	13 277 008	13 225 663	11 139 642
Feijão	3 056 289	2 453 681	3 064 228	3 302 038	2 967 007	3 012 158	3 487 807
Milho	32 321 000	41 962 475	35 940 832	48 327 323	41 787 558	35 115 911	42 198 375
Soja	32 820 826	37 907 259	42 107 618	51 919 440	49 549 941	51 138 045	55 443 812
Trigo	1 725 792	3 366 599	3 105 658	6 153 500	5 818 846	4 658 457	4 511 313
TOTAL	81 058 495	95 874 199	94 664 322	120 036 904	113 400 360	107 150 234	116 780 949

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 2000/2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2001/2006.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: estimativa. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2006.

(1) Valores estimados.

Tabela 2

Produção agrícola de arroz, feijão, milho, soja e trigo no Rio Grande do Sul — 2000-06

(t)

PRODUTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (1)
Arroz	4 981 014	5 256 301	5 486 333	4 697 151	6 338 139	6 103 289	6 177 528
Feijão	145 955	140 474	146 063	137 865	133 709	75 004	117 389
Milho	3 936 202	6 134 207	3 901 171	5 426 124	3 376 862	1 485 040	4 864 119
Soja	4 783 895	6 951 830	5 610 518	9 579 297	5 541 714	2 444 540	7 804 829
Trigo	884 507	1 075 897	1 126 524	2 395 557	2 061 410	1 389 731	1 561 536
TOTAL	14 731 573	19 558 709	16 270 609	22 235 994	17 451 834	11 497 604	20 525 401

FONTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 2000/2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2001/2006.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: estimativa. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2006.

(1) Valores estimados.

A receita

Com relação ao faturamento dos produtores agrícolas,¹ tem-se um quadro de perdas relativas a partir de meados de 2004. De 2000 a 2003, a receita agrícola no País cresceu quase 200%, ou seja, a renda bruta dos produtores agrícolas praticamente triplicou. Esse crescimento decorreu do significativo aumento da produção em 2003, mas, mais do que isso, do aumento dos preços praticados no mercado internacional. No ano de 2003, os baixos estoques mundiais da maioria dos grãos fizeram com que houvesse pressões de alta sobre os preços. O quadro internacional, que afeta diretamente produtos como a soja e seus derivados, influenciou também os preços dos produtos voltados ao mercado interno, como é o caso do arroz. A tendência de crescimento dos preços foi uma realidade para quase todos os produtos analisados no momento de colheita da safra de ve-

rão de 2003. A conjuntura de bons preços manteve-se em 2004, tanto que, no momento da colheita da safra 2004, os preços se encontravam em patamares elevados, o que não é usual no momento de auge da oferta. No mês de abril de 2004, o preço da soja atingiu o maior valor já praticado até então. Desse modo, a receita dos produtores, em 2004, foi a mais significativa já obtida no País, e esse quadro é o que reflete melhor o movimento de pressão nos preços, pois o alto faturamento se dá mesmo com a retração do volume produzido. A partir daí, a queda de preços foi generalizada, fazendo com que, em 2005, com a quebra da produção, a redução da receita fosse de quase 30% em relação a 2004 (Tabela 3).

No Rio Grande do Sul, o movimento de crescimento da produção em 2003, aliado ao aumento mais do que proporcional dos preços, concretizou-se na maior receita obtida pelos produtores gaúchos. A diferença em relação ao Brasil é que, já no primeiro semestre de 2004, começou uma queda nos preços, inicialmente, no da soja e, depois, no do arroz. O efeito do embargo chinês à soja gaúcha em maio de 2004 reverteu, de forma imediata, o ciclo de alta nos seus preços. A colheita de uma safra cheia nos Estados Unidos, poucos meses depois, repondo os estoques internacionais do grão, reforçou a retração nos preços. A partir daí, os estoques mundiais de soja têm-se mantido em patamares considerados satisfatórios (Tabela 4).

Aliado a isso e, nesse caso, atuando com maior ênfase no sentido de manutenção dos preços de comercialização da soja em patamares considerados insatisfatórios pelos produtores, tem-se a valorização da moeda brasileira frente ao dólar. Outro fator responsável

¹ O cálculo da receita, a cada ano, foi feito multiplicando-se o número de sacos colhidos em cada cultura pelo preço pago ao produtor (preços nominais). Para os grãos produzidos no verão, o preço utilizado foi o praticado em abril, mês em que é encerrada a colheita da maior parte desses grãos, e, para o trigo, foram usados os vigentes em novembro. Obviamente, esse é um cálculo apenas aproximado do que seria a receita obtida, uma vez que a safra é comercializada ao longo do ano. No entanto, partindo do pressuposto de que a parcela mais significativa é vendida assim que é colhida, seja para fazer frente às despesas de colheita, seja para pagamento dos financiamentos de custeio da safra, cuja primeira parcela vence em meados de junho, optou-se por se utilizarem os preços do período de maior venda do produto.

pela diminuição da renda dos produtores gaúchos é o preço de mercado relativamente baixo para o arroz. É esse contexto de preços baixos, especialmente para a comercialização dos grãos responsáveis pelos maiores volumes de produção no Rio Grande do Sul, o fator mais relevante para a redução da receita da atividade. Esse

fato, aliado à quebra da produção em 2005, que, como já foi descrito, assumiu grandes proporções, torna ainda mais profunda a crise da agricultura gaúcha, que teve, em 2005, uma receita equivalente a menos da metade da auferida em 2003.

Tabela 3

Receita estimada da atividade agrícola de cinco produtos no Brasil — 2000-05

(R\$ 1 000,00)

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
2000	2 783 647	1 711 522	6 464 200	9 518 040	379 674	20 857 083
2001	2 546 046	2 134 702	5 874 747	10 614 033	875 316	22 044 843
2002	3 342 716	3 033 586	7 547 575	14 316 590	1 645 999	29 886 465
2003	5 373 994	5 613 465	16 431 290	29 594 081	2 399 865	59 412 694
2004	8 497 285	3 530 738	13 372 019	39 639 953	2 094 785	67 134 779
2005	7 009 601	3 524 225	10 534 773	26 591 783	1 490 706	49 151 089

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

FGV-dados.

NOTA: Preços nominais.

Tabela 4

Receita estimada da atividade agrícola de cinco produtos no Rio Grande do Sul — 2000-05

(R\$ 1 000,00)

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
2000	1 162 569	61 398	738 038	1 371 383	178 523	3 511 911
2001	1 272 025	90 372	803 581	1 940 719	268 078	4 374 774
2002	1 657 970	157 724	836 151	1 891 680	631 229	5 174 753
2003	2 629 465	176 812	1 649 542	5 559 185	862 401	10 877 405
2004	4 129 931	145 386	1 160 515	4 604 241	688 855	10 728 928
2005	2 907 607	103 843	251 714	1 274 420	417 151	4 954 735

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

EMATER.

NOTA: Preços nominais.

A “relação de troca”

Buscando dimensionar, de forma mais clara, a situação de perda de receita dos produtores gaúchos, foi calculada a relação entre os preços pagos e os recebidos por esses produtores. O cálculo da relação foi feito para o arroz, o milho e a soja, para os anos de 2000 a 2005. A escolha desses produtos decorre da maior importância que o volume de produção desses grãos assume no total da produção agrícola do Estado. A relação foi calculada, a cada ano, para os dois meses considerados representativos da conjuntura de safra e entressafra — abril e novembro respectivamente.

Com o objetivo de estabelecer a evolução da relação entre os preços pagos e os recebidos, foi calculado o número de sacos necessários de cada um dos três produtos para a compra das máquinas utilizadas nas diferentes produções e dos fertilizantes mais usados em cada uma das culturas.²

O resultado foi que os produtores de arroz, de uma maneira geral, tiveram um aumento do seu desembolso, em número de sacos de produto, entre abril de 2000 e abril de 2001. A partir desse momento, a “relação de troca” inverteu-se, chegando, em novembro de 2003, ao menor patamar de desembolso dos pontos considerados, ou seja, em novembro de 2003, os produtores de arroz dispndiam uma quantidade bem menor do seu produto para a aquisição de máquinas e/ou insumos para viabilizar a sua produção. O mês de abril de 2004 já reflete uma nova inflexão na curva de preços; a partir daí, cada vez mais desfavorável ao produtor. De abril a novembro de 2004, houve um aumento no número de sacos necessários para as aquisições, igualando-se, nesse momento, ao dispêndio efetuado em novembro de 2000. Do final de 2004 em diante, configura-se um crescimento bastante significativo nos requerimentos exigidos para a viabilização da produção (Tabela 5).

As “relações de troca” calculadas para a produção de soja apresentaram uma evolução semelhante à observada para o arroz, mas com variações mais atenuadas.

O cálculo efetuado para a produção de milho demonstra que essa foi a cultura que apresentou as maio-

res perdas relativas de preço no período considerado. Comparando os dispêndios do mês de novembro de 2005 com os de novembro de 2000, observa-se uma variação semelhante à verificada para a cultura de arroz, ou seja, para a compra de um trator médio, os produtores de milho necessitavam, em 2005, um número de sacos 50% superior ao de 2000. No entanto, observando-se a evolução da relação ano a ano, verificam-se perdas extremamente significativas, especialmente no início de 2005. Se, para os produtores de milho, em abril de 2000, eram necessários 2.980 sacos de milho para a aquisição do trator médio, em abril de 2005, essa exigência chegou a 8.212 sacos. Mais ainda, no caso da fórmula de adubo usualmente utilizada nessa lavoura, tem-se a seguinte evolução: em abril de 2000, eram necessários 36,21 sacos de milho para a compra de uma tonelada do adubo; em abril de 2001, passaram a ser necessários 52,95 sacos; recuando, em abril de 2004, para 37,73 sacos; em novembro, houve novo aumento no dispêndio, que foi para 47,13 sacos; e, finalmente, o grande salto, 75,05 sacos em abril de 2005.

O exposto acima permite dimensionar mais objetivamente as perdas dos produtores gaúchos nos últimos anos, no que se refere à oscilação dos preços dos seus produtos em relação aos insumos/máquinas necessários para suas produções.

² O cálculo foi feito em relação ao número de sacos necessários de cada um dos produtos para a aquisição de um trator médio — 70/89 HP — e de um trator mais potente — 90/120 HP. O mesmo cálculo foi feito com relação ao número de sacos necessários para a compra de uma tonelada do fertilizante mais utilizado em cada uma das lavouras. Para o arroz e o milho, foi também calculada a relação entre o número de sacos e o valor de uma tonelada de uréia.

Tabela 5

"Relação de troca" para os produtores de arroz, milho e soja do Rio Grande do Sul — abr. e nov. 2000-05

PERÍODOS	NÚMERO DE SACOS DE ARROZ NECESSÁRIOS PARA COMPRA				NÚMERO DE SACOS DE MILHO NECESSÁRIOS PARA COMPRA				NÚMERO DE SACOS DE SOJA NECESSÁRIOS PARA COMPRA		
	Trator 70/89 HP	Trator 90/120 HP	Adubo 5-20-20 (t)	Uréia (t)	Trator 70/89 HP	Trator 90/120 HP	Adubo 5-20-20 (t)	Uréia (t)	Trator 70/89 HP	Trator 90/120 HP	Adubo 0-20-20 (t)
Abr./00	2 873,55	4 296,42	34,91	27,19	2 980,83	4 456,82	36,21	28,21	1 949,67	2 915,07	22,08
Nov./00	3 097,89	4 569,62	35,85	40,43	3 052,49	4 502,65	35,33	39,84	2 016,45	2 974,42	21,84
Abr./01	3 099,46	4 457,32	34,40	37,31	4 771,44	6 861,78	52,95	57,44	2 239,01	3 219,92	23,37
Nov./01	2 152,89	2 961,23	25,57	24,09	3 766,57	5 180,78	44,74	42,14	1 477,14	2 031,75	16,42
Abr./02	2 808,77	3 976,28	30,88	30,14	3 300,20	4 671,97	36,28	35,41	2 097,90	2 969,92	21,06
Nov./02 (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abr./03	2 164,98	3 015,84	26,01	30,60	3 322,25	4 627,92	39,92	46,95	1 740,32	2 424,28	19,03
Nov./03	1 973,12	2 916,59	20,06	23,80	3 998,70	5 910,73	40,64	48,23	1 555,95	2 299,95	14,71
Abr./04	2 207,91	3 261,36	23,88	27,87	3 488,53	5 153,01	37,73	44,03	1 443,00	2 131,49	14,37
Nov./04	3 143,93	4 447,46	31,27	39,53	4 738,52	6 703,20	47,13	59,58	2 716,44	3 842,73	25,14
Abr./05	3 506,09	4 922,84	32,04	38,79	8 211,90	11 530,19	75,05	90,86	2 669,92	3 748,79	23,21
Nov./05	4 757,27	7 102,70	38,44	47,71	4 765,46	7 114,92	38,51	47,80	3 383,38	5 051,45	25,98

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Emater.

(1) Em novembro de 2002, os dados de preços pagos fornecidos pela Emater não incluíam os tratores e os insumos selecionados.

As medidas governamentais

Frente à crise existente, os produtores passaram a fazer reivindicações e partiram para protestos em todo o País. O Governo, por sua vez, passou a editar medidas visando amenizar os efeitos dessa crise. As medidas tomadas foram, dentre outras, aumento da alocação de recursos na Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM); aumento do volume de crédito para comercialização; prorrogação das parcelas de crédito para investimento; prorrogação das parcelas de crédito de custeio vencidas e a vencer em 2006, já prorrogadas, em 2005, por problemas de estiagem; e prorrogação de parte dos créditos de custeio da safra 2005/06.³

O Plano-safra

Diante do acirramento dos protestos dos produtores, o Governo antecipou a divulgação do Plano-safra

2006/07, no qual são bastante claros o reconhecimento da crise e a preocupação com o futuro da atividade agrícola e com os efeitos dessa crise sobre o restante da economia. Assim, os objetivos declarados no Plano consistem em:

- contrabalançar a tendência de queda da área plantada, da redução do padrão tecnológico e conseqüente retração da produção agropecuária;
- reduzir os riscos de novas crises de liquidez no setor rural;
- minimizar o impacto da menor produção nas contas externas e afastar a perspectiva de pressão inflacionária dos alimentos;
- atenuar o impacto negativo da crise agrícola na atividade econômica e nos níveis de emprego e renda (Brasil, 2006, p. 4).

Com esses objetivos, o Plano contém uma previsão de aumento nos recursos de crédito a serem aplicados em 2006/07, tanto no financiamento da agricultura comercial como no da familiar. Prevê, também, um aumento do volume de recursos a taxas controladas, o que significa uma diminuição na taxa de juros dos financiamentos de custeio e de comercialização. Está contida no Plano uma redução nas taxas de juros do crédito para investimentos, decorrente da queda das taxas de juros básicos da economia. Foi também elevado de R\$ 150.000,00 para R\$ 250.000,00 o limite de renda para se

³ Parte dos créditos de custeio da safra 2005/06 foi prorrogada por quatro anos, variando o montante em função da região e do produto.

obter financiamento a taxas mais reduzidas.⁴ Além disso, o Moderfrota passou a permitir o financiamento de máquinas usadas.

Com relação aos preços mínimos, não ocorreram mudanças significativas, já que foram mantidos os vigentes na safra anterior, com exceção do preço dos seguintes produtos: juta e malva, sisal, alho e borracha.

Parece haver, no Plano, uma maior preocupação com a redução dos riscos da atividade. Nesse sentido, foram ampliadas as atividades agrícolas habilitadas a receber subvenção do prêmio de seguro do Governo: os valores, que eram de R\$ 7.000,00 para culturas periódicas e R\$ 12.000,00 para perenes, foram unificados e ampliados para R\$ 32.000,00.

Por outro lado, está embutida no Plano a intenção de efetivar medidas estruturais, como, por exemplo, o funcionamento da Política de Garantia de Preços e a reformulação do Seguro Rural. Como, nesse caso, trata-se de intenções, resta aguardar a viabilização das propostas.

Considerações finais

Depois de uma evolução extremamente favorável da produção agrícola de 2000 a 2003, os produtores passaram a enfrentar, nas safras seguintes, problemas de quebras de produção em função de adversidades climáticas. Paralelamente a essas perdas, os preços passaram a apresentar uma tendência de baixa, complicando ainda mais a disponibilidade de capital de giro desses produtores. Em 2006, com a recolocação do volume de produção em um patamar semelhante ao obtido em 2003, poderia haver uma recuperação da receita e a consequente viabilização da produção agrícola. No entanto, os baixos preços praticados no mercado vêm comprometendo essa recuperação. Nesse contexto, o Governo tomou algumas medidas visando garantir a renda dos produtores: de um lado, prorrogando parte dos financiamentos da safra 2005/06 e, de outro, aumentando os recursos disponíveis para o financiamento da safra 2006/07.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano-safra 2006/07**. Disponível em: www.brasil.gov.br Acesso em: jul. 2006.

⁴ Até o momento, as taxas eram de 9,75% e 12,75%, respectivamente, para rendas de até R\$ 150.000,00 e superiores. No Plano 2006/07, essas taxas passam para 8,75% e 10,75%, e o limite para se obterem as taxas menores passa para R\$ 250.000,00.